



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA**

---

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2018**

**NOTA EXPLICATIVA – BALANÇO CONSOLIDADO**

**NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL**

Município de Bom Retiro, situado no Estado Santa Catarina foi elevado à categoria de município por meio da Lei nº 1408, de 4 de outubro de 1922, sendo instalado em 14 de janeiro de 1923.

Constitui-se em Personalidade Jurídica de Direito Público, possui uma extensão territorial de 1.055,5 Km<sup>2</sup>, uma população de 9.870 habitantes (IBGE/2018). Está localizado geograficamente no Portal da Serra Catarinense, o Hall de entrada para a Serra, e distante aproximadamente 132 KM da capital do Estado de Santa Catarina (Florianópolis).

As atividades econômicas predominantes consistem na Agropecuária, dentre elas a produção de Milho, Soja, Maçã, Tomate, Cebola, Avicultura, Pecuária Bovina, Bubalina, Ovina de corte e de leite, além disso é um dos maiores produtores de mel de Santa Catarina e o maior produtor de leite ovino do Brasil. Outras atividades de importância no município são a indústria têxtil e madeireira.

O município é composto por 13 Unidades Orçamentárias, sendo uma do poder legislativo, um do Gabinete do Prefeito, cinco secretarias municipais e cinco fundos especiais, além da Reserva de Contingência.

O Município não possui órgãos da Administração Indireta.

As secretarias municipais são:

- Secretaria de Administração e Fazenda;
- Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte;
- Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
- Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos;
- Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo;

Os Fundos Especiais são:

- Fundo Municipal de Saúde;

- Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Fundo Municipal de Assistência Social;
- Fundo Municipal de Saneamento Básico;
- Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar;

O Município de Bom Retiro participa dos seguintes consórcios públicos:

- Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS AMURES;
- Consórcio Intermunicipal da Serra Catarinense – CISAMA;
- Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA

## **NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

O Ministério da Fazenda (MF) publicou a Portaria nº 184, a qual dispôs sobre diretrizes a serem observadas no setor público quanto aos procedimentos, as práticas, a elaboração e a divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Neste cenário de convergência e edição do MCASP, surgem as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCs T 16.1 a 16.11). Esse conjunto traz ao setor público, dentre outras obrigatoriedades, a de emissão de Notas Explicativas junto às demonstrações contábeis, as quais evidenciam informações adicionais às constantes nas demonstrações contábeis.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em observância com os dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei Federal nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as Instruções de Procedimentos Contábeis e demais disposições normativas vigentes.

Cabe destacar que as demonstrações contábeis foram elaboradas seguindo o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público adotado em 01/01/2013, integrante do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

## **NOTA 3 – CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

### **Aspectos Gerais das Demonstrações Contábeis**

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A elaboração das demonstrações contábeis das IPCs tem por base as contas contábeis do modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) aplicável à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, estendido pelo Plano de Contas Contábil do TCE/SC.

## Da Lei Orçamentária Anual de 2018

A Lei de Meios, para o exercício de 2018 de 2363/2017 de 12 de Dezembro de 2017, estimou a Receita em R\$ 27.718.903,91 e fixou a Despesa em R\$ 27.718.903,91.

Entretanto, a abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício veio a alterar estas cifras, como demonstra o quadro a seguir.

DESPESA FIXADA		27.718.903,91
(+) Créditos Suplementares	4.545.856,10	
(+) Créditos Especiais	357.663,50	4.903.519,60
(-) Reduções		2.390.554,71
DESPESA AUTORIZADA		30.231.868,80

### Créditos Adicionais:

No exercício considerado, foram autorizados 132 Crédito(s) Suplementares, que somaram R\$ 4.545.856,10 e 6 Crédito(s) Especiais no valor de R\$ 357.663,50, usados para cobertura dos créditos em referência, os recursos abaixo discriminados, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Reduções		2.390.554,71
Despesa a Maior		2.512.964,89
TOTAL		4.903.519,60

### Análise da Receita:

A Receita Orçamentária efetivamente arrecadada foi de R\$ 24.061.685,38, verificando-se uma arrecadação a menor de R\$ 3.657.218,53, como demonstramos a seguir:

Receita Prevista		27.718.903,91
Arrecadação a Menor		3.657.218,53
Receita Arrecadada		24.061.685,38

O comportamento da Receita do exercício considerando traduz-se como segue:

Descrição	Orçada	Arrecadada	Diferenças
Receitas correntes	31.187.903,91	26.090.159,08	5.097.744,83
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	3.396.000,00	2.606.329,07	789.670,93
Impostos	2.955.000,00	2.188.623,23	766.376,77
Taxas	441.000,00	417.705,84	23.294,16
Contribuições	260.000,00	244.792,60	15.207,40
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	260.000,00	244.792,60	15.207,40
Receita patrimonial	65.000,00	237.903,96	(172.903,96)
Exploração do patrimônio imobiliário do estado	65.000,00	145.382,62	(80.382,62)
Valores mobiliários	0,00	92.521,34	(92.521,34)
Receita de serviços	199.603,91	185.614,96	13.988,95
Serviços administrativos e comerciais gerais	0,00	39.113,45	(39.113,45)
Serviços e atividades referentes à navegação e ao transporte	199.603,91	146.501,51	53.102,40
Transferências correntes	27.017.300,00	22.583.313,37	4.433.986,63
Transferências da união e de suas entidades	13.146.300,00	11.233.726,12	1.912.573,88
Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	9.970.000,00	7.648.047,13	2.321.952,87
Transferências dos municípios e de suas entidades	96.000,00	142.108,00	(46.108,00)
Transferências de outras instituições públicas	3.790.000,00	3.552.957,76	237.042,24
Transferências de pessoas físicas	15.000,00	6.474,36	8.525,64
Outras receitas correntes	250.000,00	232.205,12	17.794,88
Indenizações, restituições e ressarcimentos	150.000,00	0,00	150.000,00
Demais receitas correntes	100.000,00	232.205,12	(132.205,12)
Receitas de capital	300.000,00	950.090,99	(650.090,99)
Operações de crédito	300.000,00	0,00	300.000,00
Operações de crédito - mercado interno	300.000,00	0,00	300.000,00
Alienação de bens	0,00	74.250,00	(74.250,00)
Alienação de bens móveis	0,00	74.250,00	(74.250,00)
Transferências de capital	0,00	875.840,99	(875.840,99)
Transferências da união e de suas entidades	0,00	875.840,99	(875.840,99)
Receitas correntes	(3.769.000,00)	(2.978.564,69)	(790.435,31)
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00	(86.377,67)	86.377,67
Impostos	0,00	(76.379,42)	76.379,42
Taxas	0,00	(9.998,25)	9.998,25
Contribuições	0,00	(2.017,24)	2.017,24
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	0,00	(2.017,24)	2.017,24
Receita patrimonial	0,00	(20.758,02)	20.758,02
Valores mobiliários	0,00	(20.758,02)	20.758,02
Receita de serviços	0,00	(18,51)	18,51
Serviços e atividades referentes à navegação e ao transporte	0,00	(18,51)	18,51
Transferências correntes	(3.769.000,00)	(2.780.709,46)	(988.290,54)
Transferências da união e de suas entidades	(1.960.000,00)	(1.447.559,03)	(512.440,97)
Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	(1.809.000,00)	(1.333.150,43)	(475.849,57)
Outras receitas correntes	0,00	(88.683,79)	88.683,79
Demais receitas correntes	0,00	(88.683,79)	88.683,79
<b>TOTAIS</b>	<b>27.718.903,91</b>	<b>24.061.685,38</b>	<b>3.657.218,53</b>

As Transferências Correntes e de Capital da União e do Estado, no montante de R\$ 6.314.896,70 correspondem a 26.24 % do total arrecadado.

O comportamento da receita nos três últimos exercícios foi o seguinte:

Exercício	Próprias	Transferências	De Capital	Total
2015	2.582.800,03	14.943.391,97	973.760,30	18.499.952,30
2016	3.209.559,63	16.994.625,94	948.544,49	21.152.730,06
2017	3.330.927,11	17.536.358,40	1.178.767,31	22.046.052,82
2018	6.691.009,52	19.802.603,91	950.090,99	24.061.685,38

#### Análise da Despesa

A Despesa inicialmente autorizada pela Lei nº 2363/2017 de 12 de Dezembro de 2017 foi de R\$ 27.718.903,91  
A Despesa realizada alcançou R\$ 24.335.507,58, importância esta que foi distribuída da seguinte forma:

<b>Títulos</b>	<b>Autorizada</b>	<b>Realizada</b>	<b>Diferenças</b>
33000000000000000000 - Despesas correntes	26.701.891,99	22.626.537,10	4.075.354,89
33100000000000000000 - Pessoal e encargos sociais	13.463.613,02	11.931.521,25	1.532.091,77
33200000000000000000 - Juros e encargos da dívida	40.000,00	7.225,16	32.774,84
33300000000000000000 - Outras despesas correntes	13.198.278,97	10.687.790,69	2.510.488,28
34000000000000000000 - Despesas de capital	3.479.976,81	1.708.970,48	1.771.006,33
34400000000000000000 - Investimentos	3.419.976,81	1.697.362,70	1.722.614,11
34600000000000000000 - Amortização da dívida	60.000,00	11.607,78	48.392,22
39000000000000000000 - Reserva de contingência	50.000,00	0,00	50.000,00
39900000000000000000 - Reserva de contingência	50.000,00	0,00	50.000,00
<b>TOTAIS</b>	<b>30.231.868,80</b>	<b>24.335.507,58</b>	<b>5.896.361,22</b>

A maior contratação de dispêndio deu-se em : 11.931.521,25 , que representa 49.03 % do total.

O comportamento nos últimos três exercícios, destacando-se as despesas correntes das de capital foi o seguinte:

<b>Exercício</b>	<b>Correntes</b>	<b>Capital</b>	<b>Total</b>
2015	16.430.618,21	1.494.234,06	17.924.852,27
2016	19.320.722,33	1.046.660,00	20.367.382,33
2017	20.982.509,01	2.016.284,12	22.998.793,13
2018	22.626.537,10	1.708.970,48	24.335.507,58

### Confronto da Receita e Despesa

A execução orçamentária alcançou as seguintes cifras:

<b>DESPESA AUTORIZADA</b>	
Créditos Orçamentários	27.718.903,91
Créditos Suplementares	4.545.856,10
Créditos Especiais	357.663,50
(-)Reduções	2.390.554,71
<b>Total</b>	<b>30.231.868,80</b>
<b>DESPESA REALIZADA</b>	
Orçamentária	24.335.507,58
Despesa a Menor	5.896.361,22
<b>RECEITA ARRECADADA</b>	<b>31.376.122,44</b>
(-)Receita Prevista	27.718.903,91
Receita a Menor	3.657.218,53

### Dívida Ativa - Curto e Longo Prazos

A segregação da dívida ativa em longo prazos foi realizada mediante a metodologia sugerida pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, expedido pela Secretaria do Tesouro Nacional,

### Dívida Ativa - Ajuste a Valor Recuperável

Em decorrência do elevado grau de incerteza no recebimento dos valores inscritos em dívida ativa, pode-se utilizar no ajuste a valor recuperável a técnica sugerida pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, baseada no histórico de recebimentos passados. Destaca-se que o município não realizou o ajuste a valor recuperável da dívida ativa.

### Ativo Imobilizado

A Ativo Imobilizado é avaliado inicialmente segundo seu custo de aquisição.

### Depreciação, Amortização e Exaustão

Para o exercício em exame não foram realizadas depreciações nos ativos desse Balanço de 2018.

Critérios de Mensuração de Ativos: os ativos estão avaliados pelo custo de aquisição ou produção, não tendo sido adotado para o Balanço de 2018 critérios de reavaliação a valor justo ou valor de mercado.

## **NOTA 4 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

O Balanço Orçamentário, de acordo com o art. 102 da Lei nº 4.320/1964, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e foi elaborado com base nas orientações da IPC 07 e seguindo o modelo estatuído pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

O Balanço Orçamentário apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação.

Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

O Balanço Orçamentário é elaborado utilizando-se as classes 5, grupo 2 (Orçamento aprovado: previsão da receita e fixação da despesa) e classe 6, grupo 2 (Execução do orçamento: realização da receita e execução da despesa) do PCASP.

O Balanço Orçamentário é composto por:

- Quadro Principal: são apresentadas as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. As receitas e despesas são apresentadas conforme a classificação por natureza. No caso da despesa, a classificação funcional também é utilizada complementarmente à classificação por natureza. Ainda no Quadro Principal, as receitas são informadas pelos valores líquidos das respectivas deduções, tais como restituições, descontos, retificações, deduções para o Fundeb e repartições de receita tributária entre os entes da Federação, quando registradas como dedução.
- Quadro da Amortização da Dívida/Refinanciamento: são informados os valores das amortizações de operações de créditos internas e renegociação de dívidas previdenciárias.
- Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados: são informados os restos a pagar não processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução. Os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior ao de referência compõem o Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados.
- Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar Não Processados Liquidados: são informados os restos a pagar processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução. São informados, também, os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior.

## **NOTA 5 – BALANÇO FINANCEIRO**

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte e foi elaborado de acordo com as instruções da IPC 06.

Assim, o Balanço Financeiro contempla duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e

Pagamentos Extraorçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios.

O Balanço Financeiro é elaborado utilizando-se as seguintes classes do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP):

- Classes 1 (ativo) e 2 (passivo) para os recebimentos e pagamentos extraorçamentários, bem como para o saldo em espécie do exercício anterior e o saldo em espécie a transferir para o exercício seguinte;
- Classes 4 (variações patrimoniais aumentativas) e 3 (variações patrimoniais diminutivas) para as transferências financeiras recebidas e concedidas, respectivamente;
- Classe 5 para o preenchimento dos restos a pagar inscritos no exercício, conforme parágrafo único do artigo 103 da Lei n.º 4.320/1964; e
- Classe 6 para o preenchimento das informações de execução da receita e despesa orçamentária.

Conforme as regras do MCASP, as informações são apresentadas por fonte/destinação de recursos, segregando em destinações ordinárias e vinculadas.

O detalhamento das vinculações é feito de acordo com as principais áreas de atuação do setor público.

<b>INGRESSOS</b>	
Receita Orçamentária (I)	24.061.685,38
Transferências Financeiras Recebidas (II)	6.235.105,41
Recebimentos Extraorçamentários (III)	3.918.117,92
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	1.706.194,86
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>	<b>35.921.103,57</b>
<b>DISPÊNDIOS</b>	
Despesa Orçamentária (VI)	24.335.507,58
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	6.235.105,41
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	3.244.753,88
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)	2.105.736,70
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>	<b>35.921.103,57</b>

As transferências financeiras entre as unidades gestoras ocorreram da seguinte forma:

	Valor Concedido	Valor Recebido
<b>Entidade: FUNDO MUNIC.DA INF.E ADOLESCENCIA</b>		
Total	0,00	16.000,00
<b>Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOM RETIRO SC</b>		
Total	2.480,22	3.957.623,11
<b>Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE BOM RETIRO SC</b>		
Total	15.558,67	1.128.068,63
<b>Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO</b>		
Total	6.174.910,05	50.355,29
<b>Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES - BOM RETIRO</b>		
Total	42.156,47	1.083.058,38
<b>Total Geral</b>	<b>6.235.105,41</b>	<b>6.235.105,41</b>

As retenções tributárias foram consideradas pagas no momento da liquidação, devendo o saldo em espécie ser ajustado a fim de demonstrar que há um saldo vinculado a ser deduzido.

## NOTA 6 – BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é composto por:

- Quadro Principal: Conforme o MCASP, o QUADRO PRINCIPAL do Balanço Patrimonial é elaborado utilizando-se as classes 1 (ativo) e 2 (passivo e patrimônio líquido) do PCASP.
- Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes: os ativos e passivos financeiros e permanentes e o saldo patrimonial são apresentados pelos seus valores totais.
- Quadro das Contas de Compensação: elaborado utilizando-se a classe 8 (controles credores) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).
- Quadro do Superávit / Déficit Financeiro: é elaborado utilizando-se o saldo da conta 8.2.1.1.1.00.00 – Disponibilidade por Destinação de Recurso, segregado por Fonte / Destinação de Recurso.

O Balanço Patrimonial deve expressar qualitativa e quantitativa o Patrimônio do Município, demonstrando a situação de Bens, Direitos e Obrigações em determinado momento, considerada a origem e aplicação dos recursos à disposição das Aziendas Públicas.

<b>ATIVO</b>	
<b>Ativo Circulante</b>	<b>4.098.444,81</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.105.736,70
Créditos a Curto Prazo	701.457,64
Demais Créditos a Curto Prazo	1.288.577,83
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00
Estoques	0,00
VPD Pagas Antecipadamente	2.672,64
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>22.415.545,90</b>
Realizável a Longo Prazo	4.190.740,02
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	166.962,74
Investimentos e Aplicações Temporários a Longo Prazo	1.776,65
Estoques	0,00
VPD pagas antecipadamente	0,00
Investimentos	50.404,09
Imobilizado	18.005.662,40
Intangível	0,00
Diferido	0,00
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>26.513.990,71</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	
<b>Passivo Circulante</b>	<b>1.694.494,42</b>
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	158.711,33
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.262.568,33
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	16.799,81
Provisões a Curto Prazo	0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	256.414,95
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>23.213,09</b>
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	23.213,09
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	0,00
Fornecedores a Longo Prazo	0,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00
Provisões a Longo Prazo	0,00
Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00
Resultado Diferido	0,00
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>24.796.283,20</b>
Patrimônio Social e Capital Social	48.278,70
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	0,00
Reservas de Capital	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00
Reservas de Lucros	0,00
Demais Reservas	0,00
Resultados Acumulados	24.748.004,50
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	0,00
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>26.513.990,71</b>

<b>ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES</b>	
<b>Ativo (I)</b>	



Ativo Financeiro	2.105.736,70
Ativo Permanente	24.408.254,01
Total do Ativo	26.513.990,71
<b>Passivo (II)</b>	
Passivo Financeiro	1.873.306,90
Passivo Permanente	42.259,9
Total do Passivo	1.915.566,80
<b>Saldo Patrimonial (III) = (I - II)</b>	<b>24.598.423,91</b>

O saldo de caixa e equivalente de caixa é composto de recursos ordinários e vinculados das unidades gestoras Prefeitura Municipal de Bom Retiro, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Infância e adolescência.

Os créditos tributários à receber são reconhecimentos de tributos municipais referente à IPTU, ITBI, ISS, Taxas pelo poder de polícia e Taxas pela prestação de serviços lançados em 2018 e não arrecadados dentro do exercício, e estão detalhados à seguir:

<b>Conta Ativo: 1121100000100000000 - IPTU</b>	<b>78.976,78</b>
<b>Conta Receita</b>	<b>Valor</b>
4111801110000000000 - Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - principal	70.796,87
4111801120000000000 - Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - multas e juros	8.179,91
<b>Conta Ativo: 1121100000200000000 - ITBI</b>	<b>70.945,27</b>
<b>Conta Receita</b>	<b>Valor</b>
4111801410000000000 - Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis - principal	70.945,27
<b>Conta Ativo: 1121100000300000000 - ISS</b>	<b>504.399,14</b>
<b>Conta Receita</b>	<b>Valor</b>
4111802310000000000 - Imposto sobre serviços de qualquer natureza - principal	292.155,67
4111802320000000000 - Imposto sobre serviços de qualquer natureza - multas e juros	212.243,47
<b>Conta Ativo: 1121100000500000000 - Taxas Pelo Poder de Polícia</b>	<b>5.252,90</b>
<b>Conta Receita</b>	<b>Valor</b>
4112101110000000000 - Taxas de inspeção, controle e fiscalização - principal	1.236,18
4112101120000000000 - Taxas de inspeção, controle e fiscalização - multas e juros	4.016,72
<b>Conta Ativo: 1121100000600000000 - Taxas Pela Prestação de Serviços</b>	<b>39.128,39</b>
<b>Conta Receita</b>	<b>Valor</b>
4112201110000000000 - Taxas pela prestação de serviços - principal	29.044,38
4124000110000000000 - Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - principal	2.891,78
4131001110100000000 - ALUGUEL DO GINÁSIO	2.817,02
4131001110200000000 - Outros Aluguéis	4.121,12
4131001120000000000 - Aluguéis e arrendamentos - multas e juros	254,09
<b>Conta Ativo: 1121100001000000000 - OUTROS CREDITOS A RECEBER</b>	<b>2.755,16</b>
<b>Conta Receita</b>	<b>Valor</b>
4161002110000000000 - Inscrição em concursos e processos seletivos - principal	41,60
4162002110100000000 - Serviços de Horas de Trator Agrícola	1.402,50
4199099110100000000 - Outras Receitas	1.300,33
4199099120000000000 - Outras receitas - primárias - multas e juros	10,73
<b>Total Por Entidade:</b>	<b>701.457,64</b>

O saldo de OUTROS CRÉDITOS À RECEBER refere-se à processos em fase de execução de cobrança.

As VPD's pagas antecipadamente refere-se a seguros pagos antecipadamente da unidade gestora Câmara Municipal.

O valor da Dívida Ativa Tributária e Dívida Ativa Não Tributária estão ajustados de acordo com relatório de tarefas do setor de arrecadação, o qual é demonstrado conforme as seguintes rubricas de receitas:

<b>Conta Ativo: 1211104000000000000 - Dívida ativa tributária</b>	<b>2.898.773,57</b>
<b>Conta Receita</b>	<b>Valor</b>
4111801130000000000 - Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - dívida ativa	363.321,55
4111801140000000000 - Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - dívida ativa - multas e juros	448.570,25
4111802330000000000 - Imposto sobre serviços de qualquer natureza - dívida ativa	111.014,16
4111802340000000000 - Imposto sobre serviços de qualquer natureza - dívida ativa - multas e juros	237.446,02
4112101130000000000 - Taxas de inspeção, controle e fiscalização - dívida ativa	1.703.932,16
4112101140000000000 - Taxas de inspeção, controle e fiscalização - dívida ativa - multas e juros	34.489,43

<b>Conta Ativo: 1211105000000000000 - Dívida ativa não tributária</b>	<b>1.291.966,45</b>
<b>Conta Receita</b>	<b>Valor</b>
4112101130000000000 - Taxas de inspeção, controle e fiscalização - dívida ativa	<b>176,57</b>
4131001130000000000 - Aluguéis e arrendamentos - dívida ativa	<b>545,69</b>
4162002110300000000 - Serviços de Carga de Terras	<b>226,36</b>
4199099120000000000 - Outras receitas - primárias - multas e juros	<b>221,55</b>
4199099130000000000 - Outras receitas - primárias - dívida ativa	<b>261.997,48</b>
4199099140000000000 - Outras receitas - primárias - dívida ativa - multas e juros	<b>1.028.798,80</b>
<b>Total Por Entidade:</b>	<b>4.190.740,02</b>

O saldo da conta Demais créditos à Receber refere-se a direitos de recebimentos de multas de trânsito pendentes de pagamentos por parte de servidores municipais, cujo alguns encontram-se em fase de parcelamento, e outros em fase de apuração de responsabilidades. Além disso no valor em referência encontra-se o valor de R\$ 158.975,42 correspondente a compensações previdenciárias os quais aguardam homologação da referida compensação por parte da Receita Federal do Brasil, conforme orientação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC.

O valor de R\$ 50.404,09 refere-se a participação no Consórcio CISAMA, o qual foi avaliado pelo método da Equivalência Patrimonial.

Durante o exercício de 2018 não foram obtidos ativos intangíveis ou a título gratuito.

Os valores dos ativos Bens móveis e imóveis contam registrado pelo valor do custo histórico, sendo que o município não realizou os procedimentos de depreciação e redução ao valor recuperável.

O município encerrou o exercício com o valor de R\$ 1.262.568,33 de fornecedores à curto prazo à pagar.

O valor de R\$ 23.213,09 no ativo não circulante refere-se a parcelamentos previdenciários junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Dos saldos das contas em compensação evidencia-se que em 2018 o município registrou os Instrumentos de Convênios e Congêneres ocorridos neste exercício, bem como revisou todos os saldos de contratos à executar, baixando saldos inexistentes de execução pelo decurso de seu vencimento.

## **NOTA 7 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) é elaborada utilizando-se as classes 3 (variações patrimoniais diminutivas) e 4 (variações patrimoniais aumentativas) do PCASP, a fim de demonstrar as variações quantitativas ocorridas no patrimônio da entidade ou do ente e segue as instruções da ICP 05.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado compõe o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

As alterações sofridas pelo Patrimônio estão demonstradas no Anexo 15 Demonstração das Variações Patrimoniais) e, analisadas, podem ser traduzidas assim:

<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.477.617,71

Contribuições	245.830,11
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.220.566,22
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	71.763,32
Transferências e Delegações Recebidas	29.852.300,19
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	21.550,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	23.650,00
<b>Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)</b>	<b>34.913.277,55</b>
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	
Pessoal e Encargos	12.279.291,37
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	97.814,04
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	8.918.990,09
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	7.752,48
Transferências e Delegações Concedidas	10.100.832,97
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	36.618,10
Tributárias	362.672,75
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	51.457,57
<b>Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)</b>	<b>31.855.429,37</b>
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)</b>	<b>3.057.848,18</b>

O município no exercício de 2018 obteve um resultado superavitário de R\$ 3.057.848,18.

## **NOTA 8 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa classificadas em fluxos operacional, de investimento e de financiamento, e foi elaborada de acordo com a IPC 08.

DFC é elaborada utilizando-se contas da classe 6 (Controles da Execução do Planejamento e Orçamento), com filtros pelas naturezas orçamentárias de receitas e de despesas, bem como funções e subfunções. Também faz uso, quando necessário, de outras contas e filtros necessários para marcar a movimentação extraorçamentária que eventualmente transitar pela conta Caixa e Equivalentes de Caixa.

DFC é elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações ocorridas na conta Caixa e Equivalentes de Caixa, segregados nos fluxos das operações, dos investimentos e dos financiamentos.

A soma dos três fluxos deverá corresponder a diferença entre o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício em relação ao saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício anterior.

Os campos “Outros ingressos” e “Outros desembolsos” (do fluxo operacional, do fluxo de investimento e do fluxo de financiamento) contemplam situações não previstas, cabendo a cada ente adaptá-los conforme suas necessidades. Geralmente, são valores que não transitam pelo orçamento, mas afetam o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa. Exemplos: recebimentos e pagamentos extraorçamentários; transferências financeiras entre órgãos do mesmo ente, aplicações e resgates de investimentos temporários.

## NOTA 9 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido evidencia todas as movimentações realizadas durante o exercício social nas contas que compõem o patrimônio líquido: reservas de capital, de lucros, de reavaliação, capital social e resultados acumulados.

A DMPL proporciona uma visão precisa da forma como os recursos são geridos na organização, mostrando detalhadamente como eles variam em determinado período.

Em 2018 o município apresentou um resultado patrimonial positivo no valor de R\$ 3.057.848,18.

## Nota 10 - DÍVIDA PÚBLICA

A Dívida Pública corresponde a compromissos de exigibilidade superior a 12 meses, no caso específico do município refere-se a parcelamento de débitos previdenciários.

Apresenta a seguinte situação:

Saldo do Exercício Anterior	35.900,79
Inscrição Mutações	0,00
Inscrição Variação	7.225,24
Baixas	18.832,94
Saldo para o Exercício Seguinte	24.293,09

## DÍVIDA FLUTUANTE

A Dívida Flutuante, no montante de R\$ 1.868.862,88, encontra-se assim discriminada:

DEPÓSITOS	172.849,50
RESTOS A PAGAR	1.696.013,38
TOTAL	1.868.862,88

O Saldo da Dívida apresenta a seguinte situação em :

SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.217.334,31
INSCRIÇÃO	3.918.117,92
BAIXA	3.266.589,35
SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018	1.868.862,88

Foram ressaltados neste relatório os principais aspectos da Gestão Orçamentária, financeira e Econômica do exercício de 2018.

Bom Retiro (SC), 31 de dezembro de 2018.

Vilmar José Neckel  
Prefeito Municipal

Neiva Regina Deinani Moretti  
Contadora CRC/SC 021795